



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRIUNFO/PESEÇÃO UNICA

Processo: **00003687620208173520**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO DOS SANTOS MOREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

TRIUNFO, 29 de novembro de 2023.

JOÃO BARBOSA

OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR

OAB/PE 30225

PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRIUNFO / PE

Processo n.º 00003687620208173520

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ANTONIO DOS SANTOS MOREIRA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLENDÂ CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DA PRETENSÃO DA RECORRENTE

Insatisfeito com a decisão proferida pelo Eminent Magistrado, decidiu o autor, ora Apelante, recorrer da decisão exarada na r. sentença.

O Nobre Magistrado “*a quo*” entendeu, brilhantemente, julgar procedente em parte a demanda.

Em se tratando o objeto da presente demanda de indenização relacionada ao Seguro DPVAT, a fundamentação do relatório da sentença guerreada do Juízo “a quo”, esta PLAUSIVELMENTE COLOCADA E FUNDAMENTADA.

NO MÉRITO

Equivoca-se a apelante quando tenta fazer crer que faz jus ao recebimento da correção monetária do valor corrigido pelo IGPM/FGV, ocorre que não lhe assiste razão que a tabela ENCOGE é a utilizada por esta Egrégia Corte como referência padrão para fins de correção monetária.

Neste sentido vejamos recentes arrestos deste E. Tribunal:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001887-51.2020.8.17.3370
RELATOR: DES. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES RELATOR
SUBSTITUTO: DES. JOÃO JOSÉ ROCHA TARGINO APELANTE: DURVAL BRUNO SANTOS APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A VOTO De início, mantendo o benefício da justiça gratuita concedido no primeiro grau de jurisdição (id 23128330). A insurgência recursal recai, inexoravelmente, sobre (1) a aplicação do índice de correção monetária e (2) a majoração dos honorários advocatícios de sucumbência. Defende a parte apelante ser o IGP-M o índice que melhor reflete a recomposição da moeda, pugnando pela sua aplicação. Melhor sorte não merece esse tópico recursal. Isso porque, de forma simples, a tabela ENCOGE é a utilizada por esta Egrégia Corte como referência padrão para fins de correção monetária. Sobre o assunto, confirase a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça/PE: “CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS AUMENTADOS PARA R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS). CORREÇÃO MONETÁRIA PELA TABELA DO ENCOGE A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS, INCIDENTE A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA 426-STJ). APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.” (TJ-PE - AC: 5319899 PE, Relator: Eduardo Augusto Paura Peres, Data de Julgamento: 22/10/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2019)”

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001887-51.2020.8.17.3370
RELATOR: DES. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES RELATOR
SUBSTITUTO: DES. JOÃO JOSÉ ROCHA TARGINO APELANTE: DURVAL
BRUNO SANTOS APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO
DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TABELA
ENCOGE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO POR
APRECIAÇÃO EQUITATIVA. RAZOABILIDADE. HIPÓTESE DO § 8º DO ART. 85
DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS
HONORÁRIOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. ATENDIMENTO AOS
ARTIGOS 85, § 11, E 98, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO
DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. No caso, mantido o entendimento da
sentença que estabeleceu a Tabela Encoge como índice de correção monetária. 2.
Preceitua o art. 85, §8º, do Código de Processo Civil que, nas causas em que for
inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for
muito baixo, os honorários advocatícios serão fixados conforme apreciação
equitativa do juiz, analisados o zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a
natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo
exigido para o seu serviço. 3. Majoração dos honorários recursais, em obediência
ao disposto nos artigos 85, § 11, e 98, § 3º, do Código de Processo Civil.
Proclamação da decisão: "Unanimemente, negou-se provimento ao recurso, nos
termos do voto do Des.Relator." Magistrados: [JOAO JOSE ROCHA TARGINO,
FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO, ITABIRA DE BRITO
FILHO, FABIO EUGENIO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA, RAIMUNDO NONATO DE
SOUZA BRAID FILHO] RECIFE, 18 de novembro de 2022 Magistrado

Portanto, a apelante deliberadamente altera a verdade dos fatos, no intuito de se beneficiar economicamente às expensas da apelada e sob o manto do Poder Judiciário.

Ressalta a apelada que a apelante tenta iludir essa Colenda Câmara, no intuito único e exclusivo de beneficiar-se economicamente às expensas desta Demandada e sob o manto do Poder Judiciário, o que deve ser repreendido com veemência.

DOS HONORÁRIOS ADVOCÁTICIOS

Após a leitura atenta da manifestação apresentada por Vossa Senhoria, em que defende que os honorários advocatícios devem ser calculados com base na tabela da OAB, venho argumentar em sentido contrário.

Conforme determinação expressa do Código de Processo Civil, em seu artigo 85, § 3º, os honorários advocatícios fixados pelo juiz não podem ter como base única a tabela da OAB, mas devem ser estabelecidos conforme o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, de acordo com o princípio da razoabilidade. Sendo assim, que seja mantida a sentença.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TRIUNFO, 29 de novembro de 2023.

**JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225**

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA FIGUEIREDO SOARES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, inscrita na OAB/ RJ 185.681 e **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, inscrito na OAB/ RJ 189.997 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE 30225, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO DOS SANTOS MOREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **TRIUNFO**, nos autos do Processo nº 00003687620208173520.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2023.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA FIGUEIREDO SOARES - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

